



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 23 de novembro de 2021

Bolsas Na sexta-feira São Paulo 0,89% Nova York 0,32%	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias 102.948 102.122 17/11 18/11 19/11 22/11	Salário mínimo R\$ 1.100	Dólar Na sexta-feira R\$ 5,594 (-0,27%)	Euro Comercial, venda na sexta-feira R\$ 6,283	Capital de giro Na sexta-feira 6,76%	CDB Prefixado 30 dias (ao ano) 8,43%	Inflação IPCA do IBGE (em %) Junho/2021 0,53 Julho/2021 0,96 Agosto/2021 0,87 Setembro/2021 1,16 Outubro/2021 1,25
---	--	---	---	--	--	--	---

CONJUNTURA Levantamento elaborado pela agência de risco Austin Rating coloca o país em má posição numa lista com as 44 maiores economias do planeta. Índice dos cidadãos sem trabalho é a mais alta no G20

Brasil tem a 4ª pior taxa de desemprego

» LUANA PATRIOLINO
» JOÃO VITOR TAVAREZ*

Impulsionada pela crise econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus, a taxa de desemprego no Brasil é a quarta maior de uma lista das 44 principais economias do mundo. O dado é de um estudo realizado pela agência de classificação de risco Austin Rating. Segundo o levantamento, o país supera em mais de duas vezes a média mundial no índice. A taxa de brasileiros sem trabalho é ainda a mais alta entre os integrantes do G20 (grupo que reúne os 19 países mais ricos do mundo e a União Europeia).

Dos países que compõem o G20, apenas três ainda não divulgaram números oficiais de desemprego no terceiro trimestre: África do Sul, Arábia Saudita e Argentina. O índice de desocupação laboral no Brasil caiu para 13,2% no trimestre encerrado em agosto, atingindo 13,7 milhões de trabalhadores, segundo a última pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Antes da chegada da covid-19, a taxa estava abaixo de 12%, mas elevou-se para 14,7% no primeiro trimestre deste ano.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que o Brasil feche 2021 com uma taxa de desemprego de 13,8%. Isso coloca a economia brasileira na 14ª pior posição no mercado mundial de mercado de trabalho.

Na avaliação do economista e sociólogo Vinícius do Carmo, o Brasil não está conseguindo acompanhar o crescimento do restante do planeta. “Em comparação com outros países, temos uma recuperação bem mais lenta. Perdemos até se formos



País continua patinando na crise econômica trazida pela covid e supera em mais de duas vezes a média mundial de desemprego

comparados a outros emergentes. A nossa economia é pouco diversificada e pouco conectada globalmente. Isso nos leva a um beco: sem incentivo estatal, não há caminho de retomada. Por outro lado, o governo não teve competência para balancear sua parte fiscal, ficando com capacidade de investimento quase nula mesmo furando o teto”, observa.

Desesperança

Há três anos buscando um emprego com carteira assinada, Cícera dos Santos, 33 anos, mantém as duas filhas com as diárias de faxineira. Moradora da região

administrativa do Sol Nascente, a renda da casa é composta pelo trabalho informal e com a aposentadoria da mãe.

Ela relata a rotina exaustiva na procura por uma vaga no mercado de trabalho formal. São dezenas de currículos entregues e muitos “nãos”. “Meu último emprego foi em maio deste ano e, desde então, faço faxina para completar a renda. Chego a enviar até 50 currículos por dia”, afirma.

A falta de acesso à internet também é um empecilho na procura por emprego. Para Cícera, a crise sanitária agravou ainda mais a situação pessoal. “Já não

estava fácil antes da pandemia, ficou pior depois”, lastima.

Também moradora do Sol Nascente, Simone Bento Silva, 46, vende espetinhos na rua para compor a renda de casa. Ela procura emprego com carteira registrada há cinco anos e se sente cada vez mais desmotivada.

“Vejo muita dificuldade, principalmente por causa da minha idade”, lamenta. Simone acredita que não há igualdade na oferta de vagas e lembra de uma concorrente mais jovem que foi selecionada em um processo de preenchimento de função.

“Ela foi contratada, mas eu não”, diz, desolada.

Ranking de agosto

1. Costa Rica	15,2%
2. Espanha	14,6%
3. Grécia	13,8%
4. Brasil	13,2%
5. Colômbia	12,7%
6. Turquia	12,1%
7. Itália	9,3%
8. Suécia	8,8%
9. Índia	8,3%
10. Chile	8,2%

Eleição não barra Auxílio

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para permitir a ampliação do Auxílio Brasil — o programa do governo federal que substituirá o Bolsa Família — sem esbarrar nas limitações da lei eleitoral, que impediria o aumento desse tipo de gasto a partir de 1º de janeiro. Horas antes de o julgamento se encerrar no plenário virtual da Corte, ontem, nove dos 10 ministros já haviam votado pelo entendimento de que a determinação judicial para o governo regulamentar uma renda básica para os cidadãos se sobrepõe aos obstáculos legais de um ano de eleição.

O relator, ministro Gilmar Mendes, argumentou em seu voto que, embora rebatizado, o Auxílio Brasil traz novos valores para o enquadramento em pobreza e extrema pobreza das famílias, ponto central da lei que trata da renda básica cuja execução o STF ordenou. Para ele, a prioridade do governo precisa ser garantir a subsistência das pessoas desassistidas no cenário da crise econômica provocada pela pandemia de covid-19.

Responsabilidade

“Tratando-se de estrito cumprimento de decisão judicial que impõe o alargamento de valores, de continuidade e/ou fusão de programas sociais já estabelecidos em leis”, não há que se falar na incidência das vedações da lei eleitoral. Para o ministro, descumprir a decisão seria crime de responsabilidade. Gilmar também citou julgamentos anteriores do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para embasar sua decisão.

O obstáculo da lei eleitoral tem sido um fator de pressão para o governo, que corre contra o tempo para obter a aprovação da PEC dos precatórios, que abre espaço no Orçamento para bancar um auxílio de R\$ 400 como pretende o presidente Jair Bolsonaro.

Integrantes do governo acompanham o processo e sabem que a decisão pode permitir o ingresso de mais pessoas no Auxílio Brasil, em 2022. No entanto, a ordem é não se fiar nessa decisão para elevar o benefício para os R\$ 400. A prioridade segue sendo a aprovação da PEC dos precatórios.

Diesel

Ao mesmo tempo, o secretário especial do Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, disse, ontem, que após o desconto de todas as despesas que seriam encaixadas no espaço aberto pela PEC dos Precatórios no teto de gastos, sobriaria R\$ 1,1 bilhão para um possível auxílio-diesel aos caminhoneiros.

Ele afirmou que o governo tem um conjunto de quase R\$ 50 bilhões em despesas inadiáveis que seriam alocadas no teto, além do Auxílio Brasil, e de R\$ 5,3 bilhões pela desoneração da folha de pagamentos.

Focus: inflação do ano além dos 10%

» FERNANDA STRICKLAND

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial do país, subiu de 9,77% para 10,12% em 2021. É a 33ª elevação consecutiva da projeção. A previsão do mercado financeiro é baseada na expectativa das instituições para os principais indicadores econômicos. Os dados, divulgados ontem, são do Boletim Focus, uma pesquisa realizada semanalmente pelo Banco Central (BC).

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em outubro a inflação acelerou 1,25%, a maior para o mês desde 2002, puxada pelo aumento de preços de combustíveis e dos alimentos. Com isso, o IPCA acumula altas de 8,24% no ano e de 10,67% nos últimos 12 meses.

A previsão para 2021 está acima da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC — definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 3,75%, com

tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Custos de produção

Segundo o economista José Luiz Pagnussat, do Conselho Regional de Economia (Corecon/DF), o aumento da inflação tem várias causas. Mas, na atual conjuntura, quase todas estão relacionadas aos custos de produção, com destaque para o aumento dos combustíveis e da tarifa de energia — que impactam nos preços de todos os produtos, além pesarem na composição do IPCA.

“Ainda nos custos, um segundo fator está relacionado aos impactos da covid-19 na produção, com muitos insumos e componentes escassos no mercado, portanto dificultando a normalização da produção de muitos produtos. E, nessa retomada da economia, há custos adicionais relacionados aos cuidados necessários. Além disso, há também alguma pressão de demanda localizada, que leva

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Preços dos combustíveis vêm impactando duramente a inflação, e o brasileiro sente no bolso

aumentos de preços”, aponta. Pagnussat lembra, ainda, que a inflação alta obriga o BC a aumentar os juros, que é o principal freio na retomada do crescimento econômico e da geração de empregos.

Em 2002, o pico da inflação passou de 12% e, em 2015, superou 10%. Segundo o conselheiro do Corecon-DF, desde o Plano Real já houve vários momentos

de inflação de dois dígitos, que sempre levaram a adoção de políticas contencionistas — como os juros mais altos e o corte dos gastos, cujos efeitos são recessivos.

Já o economista André Braz, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), enfatiza que sem uma política fiscal severa, a política monetária fica enfraquecida. Isso traz a necessidade de alta de

juros, que impacta no crescimento da atividade econômica.

“Quanto maior os juros, menor o crescimento do ano que vem. É uma situação delicada, que dependeria de um comprometimento maior do governo com suas contas públicas. Isso traria um alívio na taxa de câmbio que, por sua vez, também aliviaria as pressões inflacionárias”, explica.